

O LIVRO DIDÁTICO (NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I) NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR E A LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO

Jackeline Império Soares ¹

Resumo

Este artigo traz estudos iniciais sobre o livro didático no contexto da ditadura militar. Para tanto, uma abordagem a respeito do referido momento político e sócio-econômico do país será feita em linhas gerais. A prática da censura atingia além do cinema, teatro e música, o livro didático das séries iniciais do ensino fundamental I. Seus conteúdos passaram por rigoroso crivo militar, no qual as informações e conhecimentos, que deveriam ser ensinados, se fizeram omissos, dando destaque à exaltação do Estado conforme interesses vigentes na ocasião. Livros escolares de educação moral e cívica foram adotados como principal instrumento patriótico no campo educacional. O método positivista, até então vislumbrado como principal referência, admitia ideais do período ditatorial. A industrialização, a urbanização e principalmente a escolarização da sociedade aliados ao positivismo empenharam-se em prol do desenvolvimento capitalista. Através da concepção crítico-dialética marxista (sob censura) emergia um conjunto de ideias questionadoras do atual governo, fortalecendo a todos que desejavam a redemocratização do país. Desse modo, lutas sociais que objetivavam uma abertura política se identificavam com o marxismo, personificando-se, em especial, na figura do estudante. Uma reestruturação de conteúdos dos livros didáticos foi realizada a partir da crise da ditadura, dando-se de fato nos anos subsequentes. A democracia traria espaço para novas concepções teórico-metodológicas como o materialismo-histórico-dialético e a fenomenologia. O Ministério da Educação, reconhecendo no professor o principal agente do processo educacional, admite papel coadjuvante ao livro didático, sendo assim considerado instrumento de síntese de assuntos e conhecimentos a serem regidos pelos professores, conforme análise e abordagens que julgarem necessárias.

Palavras-chave: livro didático; ditadura militar; redemocratização.

Introdução

O interesse em abordar a presente temática decorre da tentativa de compreensão das mudanças teórico-metodológicas que sofreram o livro didático em época de ditadura militar. Em decorrência do fator tempo, não foi possível ir adiante com a questão abordada neste artigo, muito embora noções iniciais foram trabalhadas na disciplina “Fundamentos e

¹ Jackeline Império Soares (jackelineufg@gmail.com) é graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) na Linha de Pesquisa “Formação e profissionalização docente”. Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Edmar Aparecido de Barra e Lopes.

Metodologia de Ciências Humanas nas séries iniciais do Ensino Fundamental I”, correspondente ao curso de Pedagogia da UFG. É relevante e necessário o tratamento deste assunto com maior profundidade, afim de preencher as lacunas geradas tanto na educação, como no contexto sócio-político do país atualmente.

Historicizando a ditadura

Em meados do século XX, o mundo passou por uma significativa transformação, na qual as duas grandes potências mundiais da época, Estados Unidos e União Soviética (hoje, Rússia), assumiram a condição de protagonistas em uma disputa ideológica, política e econômica. De um lado, o capitalismo, liderado pelos Estados Unidos, e do outro, o socialismo, defendido pela URSS. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os dois países receberam apoio de várias outras nações, que se posicionaram como aliadas, assumindo teor capitalista ou socialista, conforme interesses.

Países que passavam por dificuldades sociais extremas visando um futuro melhor para todos, a partir de uma possível distribuição de renda igualitária e conseqüentemente o possível fim dos problemas, sofriam influências de países socialistas. Entretanto, referindo-se às Américas, os países com forte influência capitalista lutavam para que o socialismo não se alastrasse por mais nações, como ocorreu em Cuba, por exemplo. Esse episódio:

“[...] afetou o poder e prestígio dos EUA no continente e concorreu decisivamente para o desenvolvimento de uma ofensiva anti-comunista na América Latina que fez ressurgir os valores da Guerra Fria. Na verdade, a experiência cubana fascinou os oprimidos de vários países e os EUA empenharam-se em evitar o surgimento de algo semelhante em outro ponto das Américas” (GERMANO, 1992, p. 50 *apud* MENDES).

No Brasil não poderia ter acontecido diferente. No ano de 1964, o então presidente da república João Goulart, apresentava ideias e ações com tendências socialistas, o que não era bem visto pelos militares da época.

Segundo Fausto (2010) o golpe militar de 1964 provém de ações de militares que não concordavam com a administração do atual presidente. Os projetos presidenciais estavam levando o Brasil a uma possível futura sociedade comunista. Os militares no poder chegaram a conclusão de que não seria possível implementar uma reestruturação do país pela via do congresso, então, agiram através do governo executivo, chamado o “Poder Constituinte da

Revolução”. Os Atos Institucionais, criados pelos militares, estabeleceram uma série de medidas, como por exemplo, controle e censura às pessoas contrárias ao regime, cassação de mandatos de deputados, aposentadoria imposta de funcionários públicos etc. Esses atos foram originados de decisões autoritárias do general presidente Castelo Branco. Para compreender esse governo, é preciso considerar que os militares não eram um bloco homogêneo. Havia dois grupos, um deles era o grupo de intelectuais chamados grupo da Sorbonne (uma alusão à universidade francesa), que visava uma espécie de purificação para o país, ou seja, a ideia era eliminar a corrupção, os populistas, os comunistas, e feita essa limpeza se esperava num horizonte relativamente próximo a reinstalação de um regime democrático. Em oposição a essa frente intelectual, estava a chamada “linha dura”, que acreditava estar o Brasil diante de uma ameaça comunista, uma realidade incompatível à realidade que o país vivenciava. Nesse grupo, havia extrema rigidez e intolerância com os demais oposicionistas, assim como adversários civis do regime. A “linha dura” acreditava que para o país mudar seria necessário manter a ditadura por um longo período.

Durante essa época, presidiram o governo ditatorial cinco generais, como dito anteriormente, o general Castelo Branco foi o primeiro, assumindo o poder entre os anos de 1964 a 1967. Em seu governo promulgou a Constituição de 1967, que institucionalizava a ditadura. A origem das cassações e as limitações de liberdade de imprensa e pensamento social iniciaram-se no seu governo.

O segundo a presidir o país em época de ditadura foi o Marechal Costa e Silva, assumindo entre os anos 1967 a 1969. Dentre seus planos de governo, Costa e Silva visava o restabelecimento da democracia, entretanto, seus planos não foram bem visto pela “linha dura”, ocasionando o decreto do Ato Institucional nº5 (que será detalhado logo mais a frente).

Emílio Médici foi o terceiro general a governar o país no período de 1969 a 1974, caracterizando os anos de maior repressão da ditadura militar no país. Assim:

“Médici governou o país com grande violência, de 1969 a 1974 – período em que a repressão e a tortura atingiram extremos -, além de instaurar a censura ao meio de comunicação. O pretexto desse radicalismo era intensificação da luta armada contra o regime” (VICENTINO e DORIGO, 2008, p. 543).

De 1974 a 1979 foi a vez do quarto general, Ernesto Geisel. O Brasil sofreu uma forte crise econômica nesse período, revelando uma reação nada positiva da “linha dura”, colocando ininterruptamente em cheque os planos idealizados por Geisel. No ano de 1977, sob pressão da junta militar fechou o Congresso Nacional.

O último general presidente em época de ditadura foi João Baptista Figueiredo (de 1979 a 1985). Sua ação principal positiva foi assinar a Lei da Anistia, em agosto de 1979, que permitia o retorno de políticos e demais cidadãos exilados pelo governo militar. No seu governo, houve o desaparecimento da ARENA e do MDB², podendo então serem criados multipartidários.

A junta militar, chamada “linha dura”, sempre esteve presente na votação presidencial, embora muitas vezes não ocorresse de fato uma votação e sim uma indicação pelos mesmos. O que fora previsto na Constituição de 1946, muitas vezes era ignorado, como por exemplo, o direito do vice-presidente ser empossado caso o presidente vigente não estivesse capacitado para ocupação do cargo. Foi o que aconteceu quando o general Costa e Silva sofreu uma paralisia. Ao invés do vice Pedro Aleixo ocupar a cadeira presidencial, os militares decidiram deixar o cargo vago até uma próxima eleição. Uma vez mais o Brasil estaria sendo comandado pelos militares.

Como a ditadura exercia a prática da censura?

Os Atos Institucionais foram os precursores da censura em época de ditadura militar. Foram cinco decretos lei que os generais presidentes aprovaram durante os vinte e um anos de ditadura.

O AI-1 foi lançado no dia 09 de abril de 1964 pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, mantendo, ainda que com inúmeras modificações, o funcionamento do Congresso Nacional proveniente da Constituição de 1946. Neste ato, é possível reconhecer que o principal objetivo estaria em reduzir o papel do Congresso Nacional para assim, reforçar o papel do Poder Executivo. “O presidente da República ficava autorizado a enviar ao Congresso projetos de lei que deveriam ser apreciados no prazo de trinta dias na Câmara e em igual no Senado; caso contrário, seriam considerados aprovados” (Fausto, 2010, p. 257).

As cassações de mandatos iniciaram assim que o AI-1 foi lançado, os direitos políticos começaram a ser suspensos pelo prazo de dez anos, como também o expurgo no serviço público. A união nacional dos estudantes (UNE) também começou a ser perseguida pelos militares, bem como a Universidade de Brasília (UnB), que tinha fortes influências

² ARENA Aliança Renovadora Nacional e MDB Movimento Democrático Brasileiro.

renovadoras e era considerada subversiva pelos militares. Tanto a sede da UNE como o campus da UnB sofreram invasão logo após o golpe.

Um dos pontos principais do AI-1 foi estabelecer a eleição de um novo presidente da República, por meio de votação indireta. Assim, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente, tendo seu mandato até 31 de janeiro de 1966.

Em 02 de abril de 1965, sendo pressionado pela chamada “linha dura”, o presidente Castelo Branco baixou o AI-2. A principal forma de censura deste ato foi a extinção dos partidos políticos. Apenas dois partidos passaram a existir, a ARENA, partido governista, e o MDB, partido de oposição.

O AI-3 foi baixado em 06 de fevereiro de 1966, estabelecendo, entre outras coisas, que:

“A partir de então, os governadores também seriam eleitos indiretamente pela maioria absoluta das respectivas Assembléias Legislativas. Isso praticamente transformava os governadores em interventores do Governo Federal, uma vez que os escolhidos haviam sido, de fato, aceitos e designados pelo poder Executivo” (GERMANO, 1993, p. 60).

Neste mesmo ato institucional, foi ainda estabelecido que os cargos de prefeitos das capitais fossem convertidos em cargos de total confiança. Desse modo, não mais era exercido o voto popular, e sim, a eleição através dos votos dos governadores.

Castelo Branco cassou o mandato de seis deputados federais quando preparava uma nova Constituição em substituição à de 1946. A redação do novo documento não contava com a efetiva participação do Congresso Nacional, ocasionando maiores desentendimentos, fazendo com que o presidente Castelo Branco fechasse o Congresso Nacional, em 20/10/1966, por um período de um mês.

Com esse episódio, o poder Executivo ficou como único legislador, abrindo caminhos para infundir uma Constituição que institucionalizasse o Estado de Segurança Nacional. Desse modo:

“O MDB viu-se impossibilitado de obter qualquer sucesso eleitoral, portanto: a) A Lei das Inelegibilidades impedia a candidatura de pessoas consideradas incompatíveis com os ‘objetivos da Revolução’; b) foi instituída uma verdadeira “censura prévia” aos programas de rádio e televisão em que os candidatos pretendessem abordar certos assuntos considerados proibidos como, por exemplo, o próprio recesso do Legislativo; c) do lado oposicionista, inúmeras instituições da sociedade civil e os grupos mais radicalizados – notadamente aqueles veiculados ao movimento estudantil – fazem campanha em favor do voto nulo, uma vez

que não tinham confiança suficiente naquilo que chamavam de ‘oposição oficial’ ou consentida” (GERMANO, 1993, p. 61).

Em 07/12/1966, o AI-4 foi estabelecido, reconvocando o poder Legislativo para validar a nova Constituição. Portanto, a Constituição de 1967 garantiu direitos ao capital, sendo bastante limitada com relação ao trabalho. Era de suma proibição qualquer tipo de greve nos serviços públicos, quebrando a estabilidade no emprego ao reunir o mecanismo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS³, estimulando o trabalho infantil com a redução da idade mínima legal de trabalho para doze anos.

O general Costa e Silva assumiu a presidência em substituição ao general Castelo Branco. Entre os anos 1967 e 1968 o movimento estudantil realizou inúmeros protestos contra o governo; o movimento sindical dos trabalhadores sofreu um processo de renovação e de resistência à política econômica, acarretando em diversas greves pelo país.

O último e mais cruel aparelho de censura, o AI-5, foi baixado em 13/12/1968. Segundo Fausto, “o AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contra-revolução dentro da contra-revolução” (Fausto, 2010, p. 265). Enquanto os atos anteriores tinham prazo de vigência, o AI-5 não. O atual presidente voltou aos antigos poderes antes da promulgação da Constituição de 1967, fechando o Congresso por tempo ilimitado, indo contra a nova Constituição.

Foram restabelecidos poderes para cassar mandatos, suspender direitos políticos e demitir ou aposentar servidores públicos, o que atingia muitos professores universitários. A prática da censura foi também restabelecida, com a diferença de um grau muito mais avançado, passando a fazer parte integrante dos métodos do governo.

Com uma ditadura no auge e cada vez mais violenta, foi criada a pena de banimento do território nacional, podendo ser aplicada a todo brasileiro que “se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional” (Fausto, 2010, p. 265). Havia a pena de morte, mas nunca fora aplicada formalmente, acarretando em torturas e “desaparecimentos misteriosos” àqueles que se mostravam subversivos ao governo. O Cenimar⁴ foi o órgão que até o ano de 1969 se responsabilizava por todos os tipos de torturas. No mesmo ano surgiu o DOI-CODI⁵, órgão que substituiu os centros de tortura, sendo estendidos por vários estados do país.

³ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

⁴ Centro de Informações da Marinha.

⁵ Destacamento de Operações e Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna.

O período de repressão, tortura e censura estava em seu auge com o general Geisel, que em certos momentos não conseguia controlar a junta militar que agia através dos DOI-CODI. Políticos, professores, atores e músicos considerados subversivos ao governo, eram torturados, aposentados, mortos, desaparecidos e principalmente exilados do país.

Cinema, teatro, música e livro didático: objetos da censura

No século XIX, mais precisamente em 28/08/1821, a liberdade de imprensa foi assegurada a todos os brasileiros, assinada por D. Pedro I. No ano de 1972, essa liberdade foi censurada pelo Departamento da Polícia Federal, divulgando a seguinte ordem em todos os jornais do país: “Está proibida a publicação do decreto de D. Pedro I, datado do século passado, abolindo a Censura no Brasil. Também está proibido qualquer comentário a respeito”. Inicia-se então a era da censura brasileira.

A censura teve seus altos e baixos, não permanecendo em ascensão durante os 21 anos de ditadura. “Assim, a censura resulta em um jogo de forças entre o poder social e o poder abstrato das palavras, das ideias e dos textos escritos” (LEITÃO, 2008, p. 02).

O cinema e o teatro eram julgados por seu conteúdo e por aquilo que provavelmente pudessem vir a transmitir aos cidadãos. O controle ditatorial consistia na avaliação da possível influência que as pessoas sofreriam ao assistirem determinada peça de teatro ou filme. De acordo com Gonzales:

“A censura estatal é uma parte obscura do medo de quem opta por falar. É certo que outras formas de medo levam à mudez, à rigidez dos corpos; ao apagamento de zonas inteiras da memória. Porém quando a censura elege colocar-se nas vestimentas da linguagem regulamentadora do Estado, escreve uma página única do poder que depois por acaso é esquecida” (GONZALES *apud* INVERNIZZI & GOCIOLO, 2003, p. 17 *apud* LEITÃO, 2008, p. 02).

Na medida em que a luta pela redemocratização do país se fez cada vez mais forte, cresce também a indignação dos cidadãos em relação às políticas públicas que impõem limites e censuras ao livre arbítrio. O regime autoritário dispôs de diferentes formas de limitação de acesso às indústrias cinematográficas, telenovelas e peças teatrais.

Alguns dos livros literários brasileiros, que posteriormente virariam peças teatrais, passariam por uma rígida “peneira”, sendo as vezes considerado totalmente proibido. Muitos

escritores chegaram a ser exilados, sendo considerados má influência aos brasileiros, na maioria deles compositores, já que a música era um dos meios de comunicação mais comum para atingir à massa popular.

O livro didático, por sua vez, também foi censurado no início da década de 1960. Livros escolares de Educação Moral e Cívica foram adotados nas escolas públicas, tornando-se disciplina obrigatória. Vários outros livros didáticos surgiram para suprir essa demanda patriótica, e os que já faziam parte dos acervos escolares foram reestruturados. Percebe-se um patriotismo forçado, como por exemplo, as cores da bandeira na capa de quase todos eles. Essas ações tinham como objetivo mostrar o caráter “heróico” da nação e a luta pela liberdade. Ou seja, o Estado era exaltado ao máximo e todos os conflitos sociais que ainda ocorriam eram abatidos. Assim, a sociedade era obrigada seguir rigorosamente todas as decisões do governo militar, sem questionar-se ou opor-se a qualquer ordem. A disciplina de Educação Moral e Cívica durou 24 anos.

O exercício da censura sobre o livro didático de ensino fundamental

As censuras provocadas sobre os livros didáticos foram, principalmente, a omissão de informações e conhecimentos que deixaram de ser escritos, exaltando mais uma vez o Estado. Houve um retrocesso quando os livros didáticos passaram a ser administrados pelos acordos MEC/USAID⁶. Esse retrocesso foi causado pelos assessores dessa agência, que interferiram diretamente nos programas formulados para o livro didático brasileiro. Através desses acordos, os livros didáticos passaram a ser descartáveis, pois eram formulados para serem utilizados anualmente. Esses acordos MEC/USAID duraram entre os anos de 1965 a 1983.

No ano de 1983 a responsabilidade das formulações dos livros didáticos era da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), que apenas cabia a compra e distribuição dos mesmos. Ou seja, não havia a preocupação de análise da qualidade dos livros, que mesmo assim estavam sendo distribuídos.

Desde a década de 1930 é possível perceber uma concepção positivista nas formulações dos livros didáticos. Com um caráter quantitativo, o método positivista buscava apenas resultados estatísticos, privando o educador e educando de obter estudos com

⁶ Acordos realizados entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento Internacional.

interpretação reflexiva. Segundo Pádua (2004), é possível entender como concepção positivista:

“O Positivismo de Comte traz para a análise do social o método utilizado até então pelas ciências naturais, dentro de suas visões da física social, isto é, o social estaria sujeito às mesmas leis invariáveis que regem os fenômenos físicos, fisiológicos, químicos etc.; traz também a noção de progresso – leis do desenvolvimento progressivo elaboradas em sua sociologia dinâmica, que “garantem” de certa forma que a ciência positiva, onde a previsibilidade dos fenômenos deve ser buscada através de leis gerais, é o ponto máximo de desenvolvimento do processo social geral; este processo passe da fase teológica para a fase metafísica e finalmente atinge a fase da ciência objetiva, positiva, com a incorporação sistemática de todos os aspectos da existência humana num contexto definido pela racionalidade e objetividade, as quais fornecem orientações positivas para o entendimento da sociedade” (PÁDUA, 2004, p.23).

Como dito anteriormente, o livro e disciplina de “Educação de Moral e Cívica”, trouxe o surgimento de vários outros livros/manuais com a intenção de cada vez mais limitar a presença de questionamentos, como por exemplo o livro intitulado “Moral e Civismo” (Catelli, 2008); observa-se a frente o que era afirmado sobre a história brasileira:

“A sociedade brasileira vai se firmando cada vez mais nas grandes fazendas de cana-de-açúcar. Em torno dos engenhos vai tomando corpo a vida social brasileira. A aristocracia rural que daí surgiu foi um fator preponderante da colonização. Prosseguindo nas características históricas do Brasil, encontramos o movimento dos bandeirantes, que foi uma grande aventura de conquista. O heroísmo daqueles bravos dilatou as nossas fronteiras. Um surto de independência já passava pelas colônias espanholas. No Brasil também, a consciência do próprio valor começava a tomar corpo, crescendo cada vez mais. Em 1889, a República inaugura um novo período de nossa história. O amor à liberdade levou-nos a participar de duas Guerras Mundiais que abalaram o mundo”.

Em um período ditatorial é perceptível um rigoroso patriotismo nos livros didáticos, não deixando espaço para a verdadeira história ou então para uma história de vários olhares, que culminaria, no mínimo, em uma história mais sensata. O objetivo era destacar uma nação heróica, com princípios de luta pela liberdade.

Houve também, no livro intitulado “Trabalho dirigido de História do Brasil” (Catelli, 2008), explicações para a origem do golpe militar, o mesmo se encontrava assim:

“A preocupação aumentou ainda mais quando, a 13 de março 1964, o Presidente em um comício realizado junto à E. F. Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde se reuniram milhares de trabalhadores, para aumentar seus

poderes, anunciou a Revisão da Constituição e assinou decretos da reforma agrária, incorporando empresas etc. imediatamente a oposição se agigantou em todo o país. Os milhares e uma parte da classe dirigente do país, apoiados pelo clamor popular, representado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 31/03/1964, depuseram o presidente. Em 15 de abril de 1964, tomou posse no cargo de presidente o General Humberto de Alencar Castelo Branco. De acordo com o que lhe era conferido pelo Ato Institucional número 1, o presidente cassou os direitos políticos dos elementos que pudessem trazer riscos à normalização de nossa situação política”.

Sabe-se que durante o governo do presidente João Goulart a massa popular vinha ganhando espaço, conforme o trecho acima, considerando claramente apoio ao golpe militar, que segundo o autor, chegou para normalizar a situação política do país.

Observando os dois trechos citados dos livros e autores diferentes, percebem-se visões totalmente a favor do Estado, com forte influência positivista, deixando de lado a real opinião do povo brasileiro.

Dessa forma, a concepção positivista era a orientação teórico-metodológica que acatava aos ideais do período ditatorial. Assim como a industrialização, a urbanização e a escolarização da sociedade, todas em prol do desenvolvimento e expansão do capitalismo.

A concepção crítico-dialética marxista (sob censura). Por quê?

Enquanto a “linha dura” continuava com sua luta cruel e covarde contra os opositoristas (população, políticos, atores, cantores, professores, estudantes etc.), em um momento de declínio da ditadura, recorrente a uma crise econômica que o país estava passando, ganhava espaço a concepção crítico-dialética marxista, pois era uma concepção crítica ao atual governo e situação do país. Ganhou espaço pois as lutas sociais pela redemocratização se identificavam com o marxismo enquanto concepção e ideologia.

Essa crise econômica que o país estava passando, já na administração do governo Figueiredo, começou a perder sustentação entre aqueles que apoiavam (mesmo que de maneira indireta) o golpe, e a ganhar fundamento entre aqueles que sempre lutavam contra. Os estudantes universitários retomaram suas lutas e reivindicações; a população se unia com mais vontade a fim de presenciar a queda do golpe; a igreja passou a repensar sua posição após a visita do Papa João Paulo II em 1980; os políticos que foram torturados, exilados e afastados de seus mandatos uniram força junto à população. Assim, as lutas sociais se faziam

cada vez mais forte no tempo em que a crise crescia e se alastrava de um modo ininterrupto pelo país, agravando cada vez mais a dívida externa.

Em oposição ao positivismo, o marxismo chegou fortalecido e apoiado por todos os que desejavam a redemocratização finalmente posta no país. Esse apoio veio principalmente dos estudantes e professores.

As previsões marxistas pareciam, nos anos de 1970, serem utópicas e erradas. Os estudantes passaram a apoiar o marxismo como nunca, tentando resgatar o que se perdeu com o golpe. Em uma ditadura chegando em seu fim, o marxismo se consolidou para transformar a sociedade, conforme o seu objetivo.

O golpe estava quase no seu fim, e a luta pela redemocratização ganhava mais força, apoiando os grupos de minoria, por exemplo. Lutando contra o racismo e o fascismo; lutando a favor dos direitos humanos; pelo multiculturalismo; nascendo um novo modelo de família. A ideologia que era tratada como utopia se concretizava. Segundo Vieira (2009): “luta armada, reforma universitária deixavam de ocupar lugar central no repertório das organizações políticas e movimentos sociais para dar lugar a outras bandeiras. A formação do cidadão em valores democráticos tornou-se uma das prioridades” (Vieira, 2009, p. 06). Oficializando assim a luta pela redemocratização.

A crise da ditadura e a revisão de conteúdos dos livros didáticos

No ano de 1984, já no final do governo de Figueiredo, aconteceram as Diretas Já, tendo a participação da população em massa, em busca do direito pelo voto. Assim, o apogeu do golpe militar no Brasil estava em total declínio. Os longos anos de ditadura, falta de liberdade, censura e perseguições estava em seu fim. Entretanto, iniciou-se no Brasil uma grande preocupação com a inflação e a dívida externa crescente.

Com o início de uma liberdade democrática, espaços para novas concepções teórico-metodológicas foram se estabelecendo no país, assim, não apenas o positivismo se fazia presente, mas também o materialismo-histórico-dialético e a fenomenologia. Isso só foi possível com a nova abertura política que se restabelecia no país após o golpe militar.

Com a ascensão da redemocratização, os livros didáticos também passaram a ser revistos. Em se tratando de sua revisão de conteúdos, vale ressaltar que o mesmo não pode ser adotado como uma doutrina, seja ela política, partidária ou uma determinada corrente de pensamento. O objetivo do livro didático é sintetizar assuntos, levando em consideração a

adaptação e compreensão dos alunos. Mas como sabemos não era o que estava sendo feito nos anos de ditadura, por isso o livro passou por uma rigorosa reestruturação pelo Ministério da Educação, cessando o acordo MEC/USAID no ano de 1983. O livro didático:

“[...] deve ser uma relação crítica. O livro didático não é transmissor de uma sabedoria absoluta. Por isso a necessidade dessa relação. A proposta não é olhar a obra didática com desconfiança, até porque ela é o principal instrumento pedagógico que a maioria do professorado possui. É ilusório, já que empiricamente impossível nas atuais circunstâncias, o professor pensar que ele terá condições de produzir seu próprio material didático” (AZEVEDO, 2005, p. 06).

Mas essa reestruturação não teve início na década de 1980, pois após os acordos MEC/USAID o livro didático passou a ser administrado por outra agência, que apenas comprava e distribuía os livros para as escolas brasileiras.

O primeiro diagnóstico de reestruturação da situação dos livros didáticos foi a avaliação dos conteúdos realizada pelo Ministério da Educação, que contava com uma equipe de profissionais da educação. Ou seja, foi somente no ano de 1996 que se iniciou a preocupação com os conteúdos dos livros.

Com um número alarmante de livros didáticos analisados, o Ministério da Educação tomou a iniciativa de criar um instrumento que orientasse os professores no momento da adoção dos livros didáticos. Esse instrumento, chamado “Guia de Livros Didáticos” permitia aos professores e diretores das escolas públicas escolherem os livros que melhor se adequassem à realidade da escola e dos alunos nela matriculados.

Com uma democracia estabelecida no país, cabia ao professor não permitir que o livro didático fosse imposto dentro da sala de aula. O processo de ensino aprendizagem é de responsabilidade do professor, já que dele parte a autoridade para fazer críticas pertinentes quando necessárias. Com uma formação sólida, é preciso que o professor possua embasamentos para criticar o livro em sala de aula quando preciso for, pois sem esses fundamentos a crítica pode ser tornar vazia e improcedente, desqualificando o livro didático.

Considerações finais

Os livros didáticos reúnem, em geral, compêndios e sínteses dos mais variados assuntos que virão compor a base informacional e cultural dos alunos. É certo que, ao

acompanhar todo o contexto social, econômico, político e cultural do país, passem por transformações que correspondam ao momento vivido pela sociedade brasileira. No caso específico da ditadura, a educação refletia os aspectos antidemocráticos existentes no período, e as principais alterações contidas nos livros didáticos refletiam a ideologia militar insistente numa formação pouco crítica do aluno, mero assimilador do regime imposto, no qual o ufanismo era gritante. E a exaltação do patriotismo se materializou, como exemplo, na criação da disciplina de Educação Moral e Cívica. Os demais livros tiveram seus conteúdos manipulados, de modo que a omissão de informações não abria espaço para o real, para o verdadeiro, e tão pouco dava liberdade para os possíveis novos olhares acerca dos conteúdos. O importante, para os militares, era a formação de cidadãos não contestadores do regime.

Juntamente à censura e manipulação dos conteúdos dos livros didáticos, ao professor cabia ensinar o que determinado fosse pelo regime, sob pena de ser acusado de subversivo, pelo regime ditatorial, caso não cumprisse o estabelecido. Observa-se então, um retrocesso no campo educacional. Uma regressão no que tange, em especial, o processo investigatório, aquele de aprofundamento capaz de sanar a sede de ensino e aprendizagem por parte do professor e do aluno.

O resultado lamentável de toda essa manipulação no ensino brasileiro, causada pelos ditadores, pode ser constatada nas gerações contemporâneas, hoje tão alienadas, desinteressadas, distante de questionamentos políticos ou culturais. Os jovens estão em processo de recuperação da construção de uma visão analítica, como aquela oferecida, por exemplo, pelas disciplinas de sociologia e filosofia extintas na época do comando militar. Assim:

“Uma obra didática não pode ser doutrinária, ou seja, ela não pode fazer propaganda política, partidária ou criar artifícios para induzir alguém a se filiar a uma determinada corrente de pensamento. No entanto, não é possível exigir que as obras sejam isentas de opinião; da mesma forma, as matérias jornalísticas também não são isentas. As obras didáticas devem, sim, apresentar diversas visões de mundo e correntes de pensamento, devem ser plurais o tanto quanto é possível, mas isso também não garante isenção. O discurso da isenção acaba sendo sempre uma forma de encobrir um pensamento que está subjacente e enraizado em uma obra” (CATELLI, 2008, p.05).

Cientes de que os livros didáticos estão longe de se tornarem sinônimos de sabedoria absoluta, é tarefa do professor conduzir os ensinamentos. O livro é poderoso instrumento de auxílio, na medida em que dá ordenação de conteúdos, assim como propõe

maneiras alternativas para que o professor possa vir a trabalhar os principais conceitos em sala de aula.

Também é papel do professor o constante trabalho de análise crítica dos livros utilizados nas escolas, pois quando necessário, espera-se que sejam encaminhados à reformulações em benefício dos alunos e dos próprios professores. O bom livro didático oferece, em especial, ao aluno a oportunidade de se aperfeiçoar no processo de produção e leitura de textos críticos. Dá também embasamento para que o professor possa criar atividades, estimular debates ou quaisquer outras atividades que colaborem para dinamizar e enriquecer as aulas.

Referências

AZEVEDO, Edeílson Matias de. **Livro didático: uma abordagem histórica e reflexões a respeito de seu uso em sala de aula.** Cadernos da FUCAMP, Monte Carmelo: FUCAMP, v. 4, n. 4, 2005.

CATELLI, Roberto Junior. Ideologia e livro didático. **Boletim da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos**, São Paulo, 2008.

FAUSTO, Boris. O regime militar e a transição para a democracia. In: **História concisa do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, pp. 257-310, 2010.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Livros Didáticos em Dimensões Materiais e Simbólicas. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. **História: Guerra e Paz**, 2005.

GERMANO, José Wellington. Capítulo I: Estado Militar e Sociedade no Brasil: 1964 – 1985. In: **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

LEITÃO, Barbara Julia Menezello. **Censura às bibliotecas e controle da informação: era Vargas e ditadura Militar.** USP: 2008.

MENDES, Tiago Henrique Klengel Biasotto. A Reestruturação do Ensino Durante a Ditadura Militar: Interlocução Entre o Discurso e a Prática. In: **VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"**, Campinas: UNICAMP, 2009.

PÁDUA, Elisabete Matalo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa**: Abordagem Teórico-Prática. 10ª ed. Campinas – SP: Papyrus 2004.

VICENTINO, Cláudio. GIANPAOLO, Dorigo. A ditadura total (1968-1977). In: **História para o Ensino Médio**: história geral e do Brasil. Ed. Atual. São Paulo: Scipione, pp. 539-553, 2008.

VIEIRA, Cleber Santos. Educação e cultura política no contexto de redemocratização: considerações sobre o livro OSPB: introdução à política brasileira, de Frei Betto. In: **Congresso de Leitura do Brasil**, 2009, Campinas, SP. Anais do 17º COLE. Campinas, SP : FAEPEX /UNICAMP, pp. 01-08, 2009.

Referências Complementares

COELHO, João Paulo Pereira. Uma análise histórica do ensino de História no Brasil: Regime Militar e conservadorismo pedagógico. **Diálogos & Saberes** (Mandaguari), 2008.

FERREIRA JR., Amarilio and BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cad. CEDES [online]**, vol.28, n.76, pp. 333-355, 2008

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar de 1964: a construção de uma disciplina. In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - COLUBHE**, Uberlândia, 2006.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A Censura durante o Regime Autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 1989.